

Djalma Pinto



# Direito Eleitoral

---

Improbidade Administrativa e  
Responsabilidade Fiscal – Noções  
Gerais

3ª Edição  
Revista e Atualizada

SÃO PAULO  
EDITORA ATLAS S.A. – 2006

  
[www.mandamen.com.br](http://www.mandamen.com.br)  
(31) 3213 2777-  
Rue Goitacases, 82 - C  
Temos um advogado junto ao Pal. Jus



# Sumário

*Nota à 3ª edição, xiii*

- 1 INTRODUÇÃO: O DIREITO ELEITORAL NO CONTEXTO DA SOCIEDADE, 1
  - 1 A finalidade do Direito, 1
  - 2 Alternância do poder e golpe, 2
  - 3 A ruptura da democracia, 3
  - 4 A compreensão do Direito, 4
  - 5 O Direito Eleitoral e a fragilização do Direito brasileiro, 6
  - 6 A alegação de ausência de lei, 8
  - 7 Os efeitos do Direito mal concebido, 9
  - 8 A consolidação do Direito pelo bom exemplo e pela sanção, 10
  - 9 Responsabilidade de cada um pelos rumos do Direito, 15
  
- 2 O DIREITO ELEITORAL, 16
  - 1 Conceito, 16
  - 2 Conteúdo do Direito Eleitoral, 17
  - 3 Fontes do Direito Eleitoral, 20
  - 4 Autonomia do Direito Eleitoral, 23
  - 5 Objeto, 24
  - 6 Relação com os demais ramos do Direito, 24
  - 7 Interpretação, 25
  - 8 O Direito Eleitoral e os direitos fundamentais, 29
    - 8.1 O direito ao governante honesto, 30
  
- 3 ATUAÇÃO DA JURISDIÇÃO ELEITORAL, 36
  - 1 A Justiça Eleitoral, 36

- 2 Órgãos da Justiça Eleitoral, 38
  - 3 Mesa receptora, 39
  - 4 A segunda instância eleitoral, 41
  - 5 Instância superior, 41
  - 6 Competência da Justiça Eleitoral, 45
  - 7 Competência dos Tribunais Regionais Eleitorais, 47
  - 8 Competência do Tribunal Superior Eleitoral, 48
  - 9 Competência para fixação do número de vereadores, 50
  - 10 Retrospectiva da atuação da Justiça Eleitoral, 53
  - 11 O abuso e a conquista do poder, 56
  - 12 O momento do afastamento do cargo, 59
  - 13 Efeitos da Súmula 1 do TSE, 61
- 
- 4 OS DIREITOS POLÍTICOS, 65
    - 1 Conceito, 65
    - 2 Surgimento, 66
    - 3 Soberania popular, 67
    - 4 Banalização da expressão soberania popular, 69
    - 5 Povo, população e nação, 71
      - 5.1 População, 72
      - 5.2 Nação, 73
    - 6 Desvio de finalidade no exercício do mandato, 73
    - 7 Privilégios, 75
    - 8 Perda dos direitos políticos, 76
- 
- 5 O POVO E SUA REPRESENTAÇÃO, 80
    - 1 A representação popular, 80
    - 2 Povo na democracia de Atenas, 81
    - 3 O poder do povo em Roma, 82
    - 4 A democracia com delegação de poderes, 86
    - 5 O mandato político no Brasil, 87
    - 6 A essência do mandato eletivo, 89
    - 7 O povo sem representantes, 92
- 
- 6 ORGANIZAÇÕES PARTIDÁRIAS, 93
    - 1 Os partidos políticos, 93
    - 2 O programa, 95
    - 3 Partido, sociedade e Estado, 97
    - 4 A criação do partido no Brasil, 100

- 5 A representação partidária, 102
- 6 A ausência de cultura partidária, 103
- 7 Objetivo, 105
- 8 Natureza jurídica do partido político, 107
- 9 Autonomia dos partidos, 109
- 10 O partido político e o mandato, 110
- 11 A competência para julgar demanda entre partido e filiado, 111
- 12 Mandado de segurança contra ato de partido, 115
- 13 Unipartidarismo e pluripartidarismo, 116
- 14 Partido, candidato e eleição, 117
- 15 Coligação, 118

## 7 PRINCÍPIOS ESSENCIAIS NA DEMOCRACIA, 124

- 1 O princípio da igualdade, 124
- 2 O princípio da legalidade administrativa, 131
- 3 O princípio da proporcionalidade, 133
- 4 O princípio da anualidade das normas que disciplinam o processo eleitoral, 135
- 5 Direito de oposição, 136
- 6 A desigualdade gerada pelo poder, 138

## 8 CAPACIDADE ELEITORAL, 139

- 1 Conceito, 139
- 2 Alistamento eleitoral, 141
- 3 Requisitos do alistamento eleitoral, 141
- 4 Fases, 143
- 5 Vedação ao alistamento, 143
- 6 Efeitos do alistamento, 144
- 7 Obrigatoriedade do alistamento, 144
- 8 Transferência, 145
- 9 Limitações pelo descumprimento do dever eleitoral, 146
- 10 Cancelamento e exclusão, 148

## 9 ELEGIBILIDADE, 151

- 1 Conceito, 151
- 2 Requisitos, 152
  - 2.1 Filiação partidária, 153
  - 2.2 Domicílio eleitoral, 155
- 3 Inelegibilidade, 157

- 3.1 Prazos para desincompatibilização, 161
  - 4 Registro da candidatura, 165
  - 5 Substituição de candidato, 166
  - 6 Impugnação do registro da candidatura, 169
- 10 SISTEMAS ELEITORAIS, 171
- 1 Conceito, 171
  - 2 Sistema majoritário, 172
  - 3 Sistema proporcional, 173
  - 4 Sistema misto, 178
  - 5 Cláusula de barreira, 179
  - 6 Eleição, 180
  - 7 Voto, 183
  - 8 Votação, 184
  - 9 Voto eletrônico, 185
  - 10 Sufrágio, 187
  - 11 Classificação do sufrágio, 187
  - 12 Valor do sufrágio, 188
  - 13 Escrutínio, 189
- 11 PROCESSO ELETIVO, 190
- 1 Período eleitoral, 190
  - 2 Processo eleitoral, 194
  - 3 Investigação judicial eleitoral, 196
  - 4 Julgamento da investigação judicial após a diplomação, 201
  - 5 Abuso do poder econômico, 201
  - 6 Nexo de causalidade, 202
  - 7 Captação ilícita de sufrágio, 205
  - 8 A constitucionalidade do art. 41-A, 208
  - 9 Ação de impugnação de mandato eletivo, 214
    - 9.1 Condução da testemunha, 218
  - 10 Hipóteses de condutas vedadas, 220
    - 10.1 Condutas vedadas, 222
    - 10.2 Procedimento para apuração, 223
    - 10.3 Bens públicos, 226
- 12 PROPAGANDA ELEITORAL, 230
- 1 Propaganda política, 230
  - 2 Propaganda eleitoral, 231

- 2.1 Propaganda lícita, 234
  - 2.2 Propaganda criminoso, 236
  - 2.3 Propaganda irregular, 237
  - 3 Propaganda partidária, 239
  - 4 Propaganda institucional, 242
  - 5 Época, técnica e liberdade de propaganda, 245
  - 6 Medidas processuais relativas à propaganda, 245
  - 7 Direito de resposta, 246
  - 8 Pesquisas eleitorais, 248
  - 9 Aplicação de recursos nas campanhas eleitorais, 251
- 13 RECURSOS ELEITORAIS, 255
- 1 A inércia da jurisdição, 255
  - 2 Recurso no Direito Eleitoral, 256
  - 3 Sucumbência ou lesividade da manifestação recorrida, 257
  - 4 Efeitos suspensivo, devolutivo e translativo, 257
  - 5 Prazo, 261
  - 6 Tipos de recurso, 262
  - 7 Recurso contra a diplomação, 264
  - 8 Juízo de admissibilidade, 270
  - 9 Recurso especial, 272
    - 9.1 A demonstração da configuração de violação da lei, 276
    - 9.2 Matéria de fato e valoração da prova, 277
- 14 O MINISTÉRIO PÚBLICO NA JURISDIÇÃO ELEITORAL, 279
- 1 Conceito, 279
  - 2 Funções, 279
  - 3 Posição institucional, 280
  - 4 Órgãos e composições, 280
  - 5 Competência, 281
  - 6 Papel do Ministério Público contra os abusos de poder, 281
  - 7 Sanções penais e sanções de inelegibilidade, 282
  - 8 Participação do Ministério Público para preservação da lisura do processo eleitoral, 283
  - 9 Ministério Público e partidos políticos, 284
- 15 CRIMES ELEITORAIS, 286
- 1 Conceito de crime, 286
  - 2 Crimes eleitorais, 288

- 3 Natureza dos crimes eleitorais, 292
  - 4 Classificação e espécies, 293
  - 5 Conexão dos crimes eleitorais, 294
  - 6 Competência para julgamento, 296
  - 7 Prescrição, 300
  - 8 Penas nos crimes eleitorais, 301
  - 9 Titularidade da ação penal eleitoral, 303
  - 10 Princípios no processo penal eleitoral, 305
  - 11 Competência para realização do inquérito, 307
- 
- 16 NULIDADE, 309
    - 1 Nulidade, 309
    - 2 Nulidade em Direito Eleitoral, 311
    - 3 Nulidade da votação, 314
- 
- 17 MORALIDADE ADMINISTRATIVA, 321
    - 1 Moralidade, 321
      - 1.1 A constitucionalização da moral e a corrupção, 325
    - 2 Ética, 329
    - 3 O bom exemplo como fator de propagação da ética, 332
    - 4 Impeachment por improbidade administrativa, 334
    - 5 Impeachment de ministro do STF, 335
    - 6 Impeachment do Presidente da República, 339
    - 7 Impeachment de governadores, 342
    - 8 Impeachment na órbita municipal, 344
    - 9 Ilícitos cometidos por prefeitos, 348
    - 10 Afastamento do cargo no início do processo de cassação, 350
    - 11 Competência para julgamento após o afastamento da função, 353
    - 12 Crime de responsabilidade e Lei de Improbidade, 355
- 
- 18 IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, 359
    - 1 Improbidade administrativa, 359
    - 2 A exigência de coisa julgada, 369
    - 3 A ação de improbidade, 373
    - 4 Foro competente, 375
    - 5 Prescrição, 375
    - 6 Ação popular × ação de improbidade, 376
    - 7 Ação civil pública, 380
    - 8 Denúncia caluniosa, 382

- 9 Aprovação das contas pela Câmara nos casos de improbidade, 383
- 10 A improbidade por não-aplicação de 25% na educação, 385

## 19 RESPONSABILIDADE FISCAL, 389

- 1 Antecedentes, 389
- 2 Responsabilidade, 390
- 3 A Lei de Responsabilidade Fiscal, 392
- 4 Equilíbrio entre receita e despesa, 393
- 5 Limites da despesa com pessoal, 394
- 6 Participação popular e transparência na despesa, 396
- 7 Autoridades sujeitas à Lei de Responsabilidade Fiscal, 397

## *Bibliografia, 399*